



PROJETO DE LEI Nº 393, W 30 DE agosto 2018.

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Em 104, 09 2018

1º Secretário

**Obriga os produtores de alimentos congelados a informar nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Os produtores de alimentos congelados são obrigados a fazer constar das embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento.

**§ 1º** - O peso drenado deve ser impresso na embalagem com caracteres de mesmo destaque e tamanho dos utilizados para informar o peso do produto congelado.

**§ 2º** - Por peso drenado entende-se a quantidade do produto declarada na embalagem, excluindo o peso da própria embalagem e de qualquer líquido, solução, caldo, vinagre, azeite, óleo, água ou suco como conservantes.

**Art. 2º** - Fica instituída multa, por produto, no valor de 11 (onze) UFR - Unidade Fiscal de Referência, para os produtores/responsáveis que não estiverem de acordo com esta Lei, bem como a retenção dos produtos.

**Parágrafo único** - A multa será aplicada em dobro em caso de reincidência.

**Art.3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa atender necessidades dos consumidores que devem ter conhecimento de todas as informações relativas aos produtos adquiridos de forma transparente. É importante ressaltar que a proposta visa alertar o consumidor e, obrigar o fornecedor, produtor ou responsável pela comercialização de produtos congelados acerca das suas responsabilidades legais. Sabe do acréscimo expressivo da quantidade de água no congelamento de carnes e aves.

Para tanto, esclarecemos que o Código de Defesa do Consumidor elenca direitos que devem ser observados pelos fornecedores com a justificativa de não onerar ou deixar de prestar as informações necessárias no ato da aquisição.

Para escolher um produto, o consumidor precisa ter informações precisas daquilo que está adquirindo. Todo produto deve conter dados claros e precisos quanto a quantidade, peso, composição, preço, riscos que apresenta e modo de utilização. Da mesma forma, antes de contratar qualquer serviço. A observância deste direito impede a ocorrência de publicidade enganosa ou abusiva e comprar aquilo que é diverso do informado na embalagem.

Espera-se que ao verificar no rótulo o peso do produto antes e depois do congelamento e empacotamento, o consumidor terá mais elementos para decidir se o valor que está disposto a pagar é justo ou não.

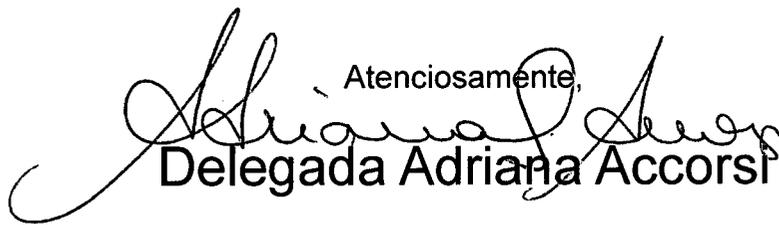
A respeito da multa, ela se justifica pelas cláusulas de indenização do mesmo ordenamento jurídico que prevê o direito de indenização, caso haja prejuízo, por quem lhe vendeu o produto ou lhe prestou o serviço, inclusive podendo ser recompensado pelos danos morais sofridos e para é possível recorrer aos órgãos de proteção ao consumidor (Procon, Juizados Especiais e entidades que atuam nessa área).

Na certeza de poder contar com o apoio dos Nobres Deputados para dar continuidade a um trabalho que tem como prioridade a excelência ao atendimento do cidadão, atendendo as necessidades da população goiana e pelo grande alcance da proposição ora apresentada, a qual se coaduna com as propostas do Governo, requeremos e contamos com a imprescindível atenção



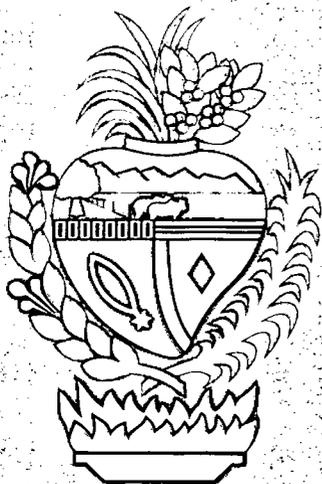
por parte do Senhor Governador do Estado de Goiás visando que produtores de alimentos congelados informe nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento.

Sala das Sessões aos                      de                      de 2018.

Atenciosamente,  
  
**Delegada Adriana Accorsi**

Deputada Estadual

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO  
**Nº 2018003975**  
Data Autuação: 04/09/2018

**Projeto :** 393-AL  
**Origem:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
**Autor:** DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI  
**Tipo:** PROJETO  
**Subtipo:** LEI ORDINÁRIA

**Assunto:**  
OBRIGA OS PRODUTORES DE ALIMENTOS CONGELADOS A  
INFORMAR NAS EMBALAGENS O PESO ANTERIOR E POSTERIOR AO  
CONGELAMENTO NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.



2018003975



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

Gabinete Deputada Delegada Adriana Accorsi



PROJETO DE LEI Nº 393, de 30 DE agosto 2018.



APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Em 04/09/2018

1º Secretário

**Obriga os produtores de alimentos congelados a informar nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Os produtores de alimentos congelados são obrigados a fazer constar das embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento.

§ 1º - O peso drenado deve ser impresso na embalagem com caracteres de mesmo destaque e tamanho dos utilizados para informar o peso do produto congelado.

§ 2º - Por peso drenado entende-se a quantidade do produto declarada na embalagem, excluindo o peso da própria embalagem e de qualquer líquido, solução, caldo, vinagre, azeite, óleo, água ou suco como conservantes.

**Art. 2º** - Fica instituída multa, por produto, no valor de 11 (onze) UFR - Unidade Fiscal de Referência, para os produtores/responsáveis que não estiverem de acordo com esta Lei, bem como a retenção dos produtos.

**Parágrafo único** - A multa será aplicada em dobro em caso de reincidência.

**Art.3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA



O presente Projeto de Lei visa atender necessidades dos consumidores que devem ter conhecimento de todas as informações relativas aos produtos adquiridos de forma transparente. É importante ressaltar que a proposta visa alertar o consumidor e, obrigar o fornecedor, produtor ou responsável pela comercialização de produtos congelados acerca das suas responsabilidades legais. Sabe do acréscimo expressivo da quantidade de água no congelamento de carnes e aves.

Para tanto, esclarecemos que o Código de Defesa do Consumidor elenca direitos que devem ser observados pelos fornecedores com a justificativa de não onerar ou deixar de prestar as informações necessárias no ato da aquisição.

Para escolher um produto, o consumidor precisa ter informações precisas daquilo que está adquirindo. Todo produto deve conter dados claros e precisos quanto a quantidade, peso, composição, preço, riscos que apresenta e modo de utilização. Da mesma forma, antes de contratar qualquer serviço. A observância deste direito impede a ocorrência de publicidade enganosa ou abusiva e comprar aquilo que é diverso do informado na embalagem.

Espera-se que ao verificar no rótulo o peso do produto antes e depois do congelamento e empacotamento, o consumidor terá mais elementos para decidir se o valor que está disposto a pagar é junto ou não.

A respeito da multa, ela se justifica pelas cláusulas de indenização do mesmo ordenamento jurídico que prevê o direito de indenização, caso haja prejuízo, por quem lhe vendeu o produto ou lhe prestou o serviço, inclusive podendo ser recompensado pelos danos morais sofridos e para é possível recorrer aos órgãos de proteção ao consumidor (Procon, Juizados Especiais e entidades que atuem nessa área).

Na certeza de poder contar com o apoio dos Nobres Deputados para dar continuidade a um trabalho que tem como prioridade a excelência ao atendimento do cidadão, atendendo as necessidades da população goiana e pelo grande alcance da proposição ora apresentada, a qual se coaduna com as propostas do Governo, requeremos e contamos com a imprescindível atenção

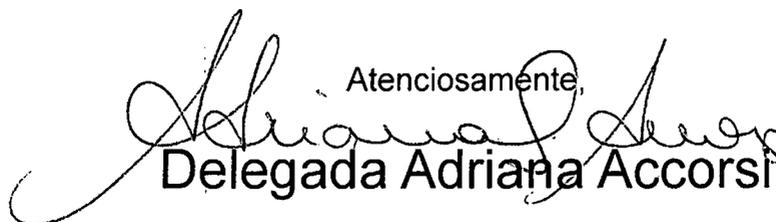
por parte do Senhor Governador do Estado de Goiás visando que produtores de alimentos congelados informe nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento.



Sala das Sessões aos                      de                      de 2018.



Atenciosamente,

  
**Delegada Adriana Accorsi**

Deputada Estadual

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) HELIO DE SAUSA

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 11/09 /2018

Presidente: Solon Amaral



PROCESSO N.º : 2018003975  
INTERESSADO : DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI  
ASSUNTO : Obriga os produtores de alimentos congelados a informar nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria da ilustre Deputada Delegada Adriana Accorsi, que obriga os produtores de alimentos congelados a informar nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências.

Estabelece que os produtores de alimentos congelados são obrigados a fazer constar das embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento.

Fixa que o peso drenado deve ser impresso na embalagem com caracteres de mesmo destaque e tamanho dos utilizados para informar o peso do produto congelado.

Institui multa, por produto, no valor de 11 (onze) UFR - Unidade Fiscal de Referência, para os produtores/responsáveis que não estiverem de acordo com esta Lei, bem como a retenção dos produtos.

Segundo consta na justificativa, a proposição tem por objetivo proporcionar aos consumidores todas as informações relativas aos produtos.

**Essa é a síntese da proposição em análise.**



Observa-se que a propositura em pauta revela matéria pertinente à defesa do consumidor, que está inserida, constitucionalmente, no âmbito da competência legislativa concorrente (CF, art. 24, V), razão pela qual cabe a União estabelecer normas gerais e aos Estados exercer a competência suplementar, sendo que, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

No presente caso, constata-se que o projeto de lei em análise não se insere no âmbito de normas gerais. Trata-se de uma questão específica, inserida no âmbito da competência concorrente dos Estados (CF, art. 24, V e VIII):

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*(...)*

*V - produção e consumo;*

*(...)*

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

A seu turno, a Constituição do Estado de Goiás também estabeleceu o dever do Poder Público em defender o consumidor:

*Art. 133 - O Estado promoverá a defesa do consumidor, mediante:*

*I - política de acesso ao consumo e de promoção de interesses e direitos dos destinatários e usuários finais de bens e serviços;*

*II - proibição de propaganda enganosa e fiscalização da qualidade, preços, pesos e medidas de produtos e serviços colocados à venda;*

*LC*



*III - atendimento, aconselhamento, conciliação e encaminhamento do consumidor por órgão de execução especializado;*

*IV - estímulo ao associativismo mediante linhas de crédito específico e tratamento tributário favorecido às cooperativas de consumo;*

*V - política de educação e prevenção de danos ao consumidor;*

*VI - instituição de núcleos de atendimento ao consumidor nos órgãos encarregados da prestação de serviços à população;*

Por tais razões, não vislumbramos qualquer óbice constitucional que impeça a aprovação da proposição em análise, a qual se configura plenamente compatível com o sistema constitucional vigente.

A proposição em análise, portanto, é harmônica ao sistema constitucional vigente. Todavia, com o propósito único de aprimorar a redação original do projeto em tela, bem como adequá-lo à técnica legislativa, peço vênias ao seu ilustre signatário para ofertar o seguinte substitutivo:

*“SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 393, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.*

*Institui a obrigatoriedade dos produtores de alimentos congelados informar nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento.*

*4*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,  
nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu  
sanciono a seguinte Lei:

*Art. 1º Ficam os produtores de alimentos congelados e  
glaciados obrigados a informar nas embalagens o peso anterior  
e posterior ao congelamento do produto.*

*Parágrafo único. A informação sobre o peso do produto  
após o descongelamento deve ser impressa na embalagem com  
a indicação "PESO APÓS DESCONGELAMENTO", cujos  
caracteres devem ter mesmo destaque e tamanho daqueles  
utilizados para informar o peso líquido ou bruto do produto.*

*Art. 2º As infrações a esta Lei sujeitarão os infratores a  
multa, por produto, no valor de 11 (onze) UFR – Unidade Fiscal  
de Referência, para os produtores ou responsáveis, bem como  
a retenção dos produtos.*

*§ 1º A multa será aplicada em dobro em caso de  
reincidência.*

*§ 2º Caberá aos órgãos e entidades competentes a  
fiscalização e aplicação das penalidades, revertendo-se os  
valores ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor  
- FEDC.*

*Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa)  
dias de sua publicação."*

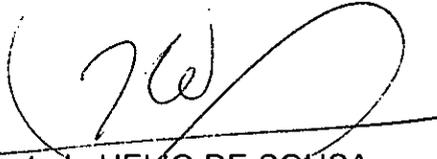
Tendo em vista se tratar de matéria afeta aos direitos do  
consumidor, **sugere-se** o encaminhamento do presente projeto de lei à **Comissão  
Permanente de Defesa dos Direitos do Consumidor** para pertinente análise.

U



Isto posto, com a adoção do substitutivo ora apresentado, somos  
pela **constitucionalidade e juridicidade** da propositura em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 11 de *Setembro* de 2018.

  
Deputado HELIO DE SOUSA  
Relator

etc

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

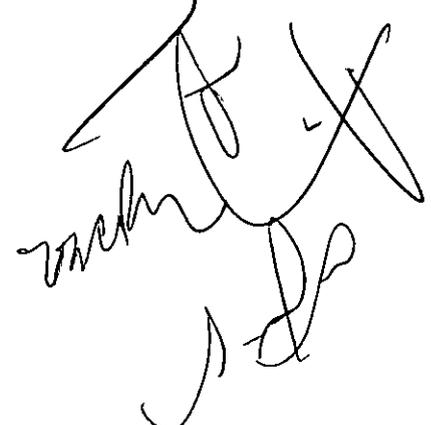
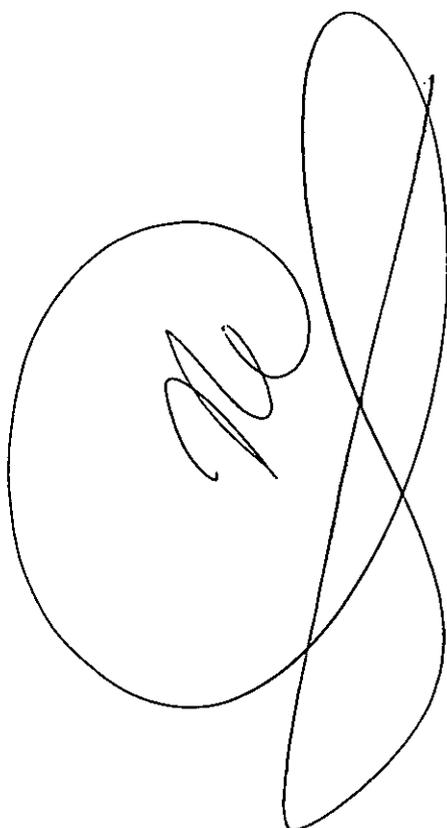
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova  
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo N° 3975/18

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 16 / 10 / 2018.

Presidente:





ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Goiânia, 31 de janeiro de 2019.

De acordo com o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.

**Rubens Bueno Sardinha da Costa**  
Diretor Parlamentar

A large, stylized handwritten signature in black ink, corresponding to the name Rubens Bueno Sardinha da Costa.